

MANUELA
TAVARES

Feminismos

PERCURSOS E DESAFIOS
(1947-2007)

 Texto

SOCIEDADE

ÍNDICE

Agradecimentos.....	15
Resumo.....	17
Prefácio.....	19
Introdução	21
Objecto de Estudo	21
A Importância da Memória Histórica: as Fontes Escritas e Oraís	29
Mas Afinal, o que é o Feminismo?	33
As Primeiras Reivindicações Feministas no Início do Século xx....	39
 Primeira Parte – DO ANTIFASCISMO A UMA NOVA AGENDA FEMINISTA	
 I. Anos 50 do Século xx em Portugal:	
O Feminismo Dilui-se no Antifascismo	45
<i>As Mulheres do Meu País</i> , um Desafio de Maria Lamas ao Regime	45
As Mulheres na Oposição	48
Uma Luta de Mulheres: a das Enfermeiras	54
As Dificuldades da Oposição – a Candidatura de Humberto Delgado e as Mulheres	55
O Discurso da Domesticidade	58
O Estado Novo em Busca do Apoio das Mulheres	63
Os Antifeminismos	67

II. Anos 60, os Ventos Para Uma Nova Vaga dos Feminismos não Chegam a Portugal	89
Recuos nas Fronteiras do Proibido e... Pouco Mais	89
As Crises Estudantis que Abalaram o Regime e a Participação das Jovens.....	94
Mulheres na Clandestinidade e nas Prisões	113
A Censura: Barreira com o Exterior e «Polícia do Espírito»	123
As Mulheres e a Guerra Colonial	127
O Alargamento da Oposição ao Regime e a Participação das Mulheres	131
Os Debates sobre a Situação das Mulheres nos Finais da Década de 1960.....	150
A Luta pela Contraceção e a Associação para o Planeamento da Família	153
III. Anos 70: a Década das Mudanças	175
As <i>Novas Cartas Portuguesas</i>	176
A Escrita das Mulheres em Jornais e Revistas	194
A Mulheres no III Congresso da Oposição Democrática.....	227
A Participação das Mulheres nas Eleições de 1973 – as Diferenças em Relação às Eleições de 1969.....	230
A Homenagem a Maria Lamas no seu 80.º Aniversário	235
A Continuação das Movimentações Estudantis e Operárias	239
O 25 de Abril de 1974 e os Movimentos Sociais: a Falta de Espaço para os Feminismos?.....	243
A Perda de Memória Histórica em Relação aos Feminismos das Primeiras Décadas do Século xx.....	246
A Acção das Associações de Mulheres nos Anos 70.....	250
O Direito à Contraceção e à Legalização do Aborto	272
IV. Anos 80 – Avanços ou Retrocessos?	307
As Conferências Internacionais em Torno da Década da Mulher	309
O Encontro Feminista de Vilar do Paraíso em Gaia e Outros Debates.....	311
O Papel das Associações de Mulheres na Década de 1980	315
A APF e a sua Componente Feminista	331

O Aborto na Agenda Política	333
Existiu um Discurso Feminista na Luta pela Legalização do Aborto?.....	341
As Plataformas de Acção Comum – o Conselho Consultivo da CIDM e a Coordenadora Nacional de Mulheres.....	345
Quatro Percursos de Vida Entrelaçados com os Feminismos: Maria Alzira Lemos, Maria Antónia Palla, Maria de Lourdes Pintasilgo e Maria Teresa Horta.....	349
V. Anos 90 e Novo Milénio: Novas e «Velhas» Causas	383
A Transnacionalidade dos Feminismos: as Conferências e Redes Mundiais.....	383
Feminismos e a Evolução das Famílias.....	392
As Novas e «Velhas» Causas.....	402
VI. Uma Nova Agenda Feminista. Situação das Mulheres no Novo Milénio. Desafios Colocados	525
Uma Nova Agenda Feminista Plural, Abrangente e com Elevado Nível de Exigência.....	525
Situação das mulheres e Desafios Colocados.....	532
VII. Conclusões da Primeira Parte	535
Pensamento e Acção Feminista na Segunda Metade do Século xx em Portugal.....	535
Segunda Parte – OS FEMINISMOS E AS NOVAS GERAÇÕES DE ESTUDANTES	
Um Estudo Junto de Alunas e Alunos do Ensino Secundário.....	551
Terceira Parte – A EVOLUÇÃO DA TEORIA FEMINISTA, A RECONFIGURAÇÃO DAS CORRENTES	
I. Feminismos e os Estudos sobre as Mulheres em Portugal	591
II. A Evolução da «Teoria Feminista». Um Novo Sujeito Feminista?....	613
III. A Reconfiguração das Correntes do Feminismo.....	645

Conclusões.....	659
Principais Siglas Utilizadas.....	673
Cronologia Comparada (1947-2007).....	675
Anexos.....	695

O Papel das Associações de Mulheres na Década de 1980

**Os grupos de mulheres formados no início dos anos 80:
o GMP, a REDE de Mulheres, o GML e a Associação MAPA**

O Grupo de Mulheres do Porto (GMP) surgido em 1982, editou a Revista *Artemisia*, que pretendia ser «um projecto aberto a todos os discursos e tendências feministas», tal como é referido no primeiro número da revista publicado em Janeiro de 1985. Depreende-se, deste modo, que existia por parte deste grupo de feministas a necessidade de envolver no debate várias perspectivas sobre o feminismo. O segundo número foi editado em Outubro de 1985 e o terceiro e último número da revista data de Julho de 1987. Do conteúdo destas edições destacam-se os seguintes temas: sexualidade feminina; violências sobre as mulheres; saúde das mulheres; mulheres em luta no grupo Mondego; situação da mulher na China; 2.º Encontro de Mulheres Feministas realizado em Fevereiro de 1985; Movimento Feminista na Galiza; Lesbianismo – quebrar o silêncio; artigo sobre Simone de Beauvoir; mulheres na ciência; novas tecnologias de reprodução; para um *dossier* sobre a IVG. No primeiro número da revista o artigo «Percursos – para uma história do feminismo em Portugal» pretende fazer uma trajectória histórica dos grupos e associações de mulheres desde o tempo da República, tema que é retomado no segundo número da revista com o artigo «Movimento de Mulheres e não promoção de vedetas» onde se procura polemizar em torno de um feminismo assente no protagonismo de algumas mulheres. Ainda um artigo sobre o movimento feminista na Galiza procura situar historicamente os feminismos. Alguns estudos caracterizam também este segundo número da revista sobre: «As raparigas na Escola Portuguesa» e «Alguns contributos para o estudo da identidade das empregadas domésticas em Portugal». No terceiro e último número da *Artemisia*, o editorial traçava as muitas dificuldades que atravessava a revista, não em termos de colaboração, mas de suporte financeiro e de divulgação. Para além do artigo sobre Simone de Beauvoir já referido, a revista publica um *dossier* sobre o aborto, retomando assim um

tema que tinha ficado um pouco silenciado após a aprovação da lei de 1984.

Como colaboradoras da revista *Artemísia* surgem os nomes de Adelaide Sousa, Anabela Arnoldt, Ana Maria Braga da Cruz, Aurélia Ribeiro, Berta Nunes, Bonina Brandão Pedro, Celeste Guedelha, Fátima Ferreira, Fina D'Armada, Francisca Reis, Gi Magalhães, Isabel Barreno, Ivette Rondy; Ivone Alves, Isabel Moura, Isabel do Carmo, Ivone Olim, Inês Lourenço, Luísa Ferreira da Silva, Maria Gonçalves, Teresa Sá e Melo entre muitas outras. A coordenação estava a cargo de Gi Magalhães, Anabela Arnoldt, Adelaide Sousa, Berta Nunes, Inês Lourenço. A opção por tornar visíveis estes nomes assenta no facto de se procurar valorizar um conjunto de mulheres, que assumindo-se como feministas, ousavam escrever nessa qualidade. Colaboravam ainda na revista grupos, como «As Bruxas», Grupo de Mulheres de Lourosa, ou ainda o IDM.

A REDE de Mulheres foi criada em 1980, propondo-se contribuir para uma «sociedade solidária e não competitiva» e estruturou-se em 15 distritos do país. «A Rede mobilizou na sociedade portuguesa entre 1980 e 1986 cerca de 500 participantes e teve como principal impulsionadora a Engenheira Maria de Lourdes Pintasilgo.»¹⁶ Um dos boletins da REDE tecia referências a um encontro de mulheres realizado em Coimbra, a 7 de Março e nele se afirmava: «A rede de mulheres terá de ser voz de mulheres, acção de mulheres, mulheres que se transformam e que transformam», lia-se no boletim *da Rede ao Nó* de Março de 1981. «A Rede de Mulheres «provocou muitas suspeitas e reacções em diversos sectores partidários, o que levou um grupo de mulheres envolvidas a vir a público explicitar os objectivos» (*Jornal de Notícias*: 31/10/81). Enquanto trabalhar *em rede* é uma prática normal no ano 2005, em 1981, «metia medo», não apenas por supostas razões políticas. Era suspeito por ser uma *Rede de Mulheres*. Maria de Lourdes Pintasilgo veio ao jornal dizer numa entrevista exclusiva que «as mulheres são já de facto uma força colectiva» (*O Jornal*: 30/10/81).»

Maria de Lourdes Pintasilgo afirmava, em 1982, num Encontro da Rede de Mulheres da Zona Norte que a existência da rede era a resposta aos problemas específicos colocados pela realidade da vida das mulheres. «Trabalhamos a ligação entre aquilo que é pessoal e aquilo que em termos muito amplos se

pode chamar de político. [...] Numa Rede de Mulheres as relações entre o público e o privado são um ponto fulcral. [...] A base do nosso trabalho político não é qualquer coisa fora de nós, a tal coisa que pudemos manipular à nossa maneira, mas qualquer coisa que está profundamente ligada com a nossa vida de cada dia.» Ainda, segundo Maria de Lourdes Pintasilgo, a razão de ser dos novos grupos de mulheres colocava-se no reconhecimento da sua situação, enquanto grupo social oprimido. Numa carta publicada no boletim de Julho de 1982, após o Encontro da Rede, Maria de Lourdes Pintasilgo refere Juliet Mitchell no seu livro *Women's Estate*, quando esta afirmou que a «política separatista» de libertação das mulheres resultou da sua condição de oprimidas e da falta de confiança em si próprias. Na referida carta é ainda afirmado que o carácter exclusivamente feminino dos novos movimentos de mulheres é paradoxalmente uma afirmação da igualdade: «De facto, desde tempos imemoriais que os homens se reúnem entre si, sem que isso seja objecto de crítica ou seja ressentido como uma diminuição do humano total. Ao reunirem-se entre si, as mulheres exprimem a vontade de afirmar, por esse gesto, a igualdade diferenciadora onde, a pouco e pouco, a eliminação da opressão se poderá manifestar.»¹⁷

Sobre o Grupo de Mulheres de Lourosa (GML) foi elaborado um trabalho de investigação, que incide sobre a história de vida de uma das mulheres do grupo¹⁸. Existe uma entrevista em Julho de 1991, da revista *Simulher*¹⁹, em que conclui que o grupo surgiu em 1981, após um Encontro de Mulheres em Coimbra onde participou a Engenheira Lourdes Pintasilgo. Os problemas mais abordados no grupo possuíam cariz familiar e laboral. O GML realizou debates alargados à população sobre saúde, planeamento familiar, sexualidade, educação infantil e promoveu um encontro sobre o papel da mulher na Igreja. Os problemas da fábrica onde trabalhavam (sector de cortiças) eram também muito abordados.

A Associação MAPA – Mulheres a Preparar o Amanhã foi constituída em Dezembro de 1983, na sequência de um projecto de intervenção do GRAAL, junto do meio rural. Possuía âmbito regional, com delegações em várias aldeias, onde mantinha centros de animação infantil (Campo, Lordelo, Recarei, Reiros, Vilarinho, Canidelo, Lobão, Sanguedo, Serreleis, Vila Nova

de Gaia, Santo Isidoro-Livração). A associação chegou a ter 700 sócias e a editar um boletim (KONING, 1986:836).

A intervenção do GRAAL, MDM e UMAR.

A Cooperativa Editorial/IDM e a revista *Lua*

O GRAAL continuou com os programas de conscientização das mulheres

Nos anos 80, o GRAAL continuou a privilegiar a sua actuação no meio rural, desenvolvendo diversos programas de animação infantil em várias aldeias dos concelhos de Vila da Feira, Vila Nova de Gaia e Marco de Canaveses. Em 1985 foi lançado um novo projecto, denominado «Modelo» – Mulheres organizam-se para o Desenvolvimento Local. Segundo Maria Helena/Marijke de Koning, no seu estudo «Lugares Emergentes do Sujeito-Mulher», este projecto pretendia dar continuidade à intervenção junto de mulheres e raparigas das zonas rurais, valorizando o artesanato, apoiando as mulheres a organizarem a sua produção, dando formação e estabelecendo ligações a organismos oficiais com foi o caso da Comissão da Condição Feminina. De algumas pistas de avaliação desta iniciativa pela voz de mulheres envolvidas sobressai a ideia de uma formação global dada pelo GRAAL em vários aspectos da vida. Como afirma a autora/sujeito activo de muitas destas intervenções, «o trabalho do GRAAL em Portugal tem proporcionado um contexto de educação não-formal para mulheres de diferentes classes sociais. Teve e tem como objectivo contribuir para a tomada de consciência, por parte das mulheres envolvidas, das formas de opressão que marcavam a sua situação de vida» (KONING, 2006:227).

Nos anos seguintes, o GRAAL desenvolveu o projecto «jovens e auto-emprego»; acções em Cabo Verde, em colaboração com a CARITAS; encontros de intercâmbio cultural entre diferentes zonas do país. Dinamizou, ainda, a formação de redes de interacção (Rede LIEN, Rede Mulheres Anos 2000), um projecto de animadoras/es de turismo rural. Realizou diversos programas culturais e colóquios no «Terraço», assim como o Projecto para uma Sociedade Activa.

MDM de forma mais activa na luta pelo aborto e na defesa da Paz

A partir dos anos 80, o MDM insere-se de forma mais activa na luta pela legalização do aborto. Apesar de o direito ao aborto constar de alguns documentos anteriores à década de 1980, o centro da actividade desta associação não se desenvolveu nesta área. «As questões tidas como mais íntimas assomam ao debate público, à luta: a violência na família [...] as violações, a posse da mulher como um uso e abuso do poder masculino, o direito ao aborto [...]. Embora, em rigor estas questões nunca tivessem estado ausentes da análise do MDM e assomassem mesmo no I Encontro de 1973 e noutros, era apenas como esboço, tímido aflorar. Por razões que ultrapassavam as próprias estruturas do MDM, razões de mentalidade, de cultura(s).» (NEVES, 1988:34.)

Em 1980, o I Congresso define o MDM como um movimento de opinião e de intervenção que aglutina mulheres nos vários campos de actividade humana, nas fábricas, nos campos, nos escritórios e hospitais, na intelectualidade, donas de casa e que, pela sua íntima ligação aos problemas das mulheres, nas empresas, nos sindicatos, nas escolas, nos bairros «é capaz de, a cada momento, exprimir os anseios, as reivindicações, os problemas que mais afectam as mulheres». Revela, ainda, que a organização tem 11 000 aderentes e está organizada em 15 distritos do país. Neste mesmo Congresso, o MDM apresenta, através de Maria José Ribeiro, uma comunicação sobre «Maternidade, Planeamento Familiar e Aborto»²⁰, num tipo de discurso que se diferencia em muito das concepções existentes na CNAC, em especial, no que se refere à decisão individual da mulher. Decerto, foi este um dos motivos que levou o MDM a nunca ter pertencido à CNAC – Campanha Nacional pelo Aborto e Contracepção. Contudo, o MDM já tinha expressado a sua solidariedade com os julgamentos de Maria Antónia Palla e Conceição Massano em 1979 e é a partir deste seu I Congresso, com a publicação da Carta dos Direitos das Mulheres, que o MDM mais se mobiliza em torno da luta pela despenalização do aborto. De realçar que, em 1982, num comunicado publicado na revista *Lua* de Junho de 1982, o tipo de discurso relativamente ao aborto se altera face à posição anteriormente referida do Encontro de 1980²¹.